

Constituinte começa a isolar os grupos radicais

Novo tribunal é defendido por Ulysses

O deputado Ulysses Guimarães se comprometeu com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a lutar na Constituinte pela criação do Tribunal Superior Constitucional, que viria a substituir o Supremo Tribunal Federal (STF) e daria lugar ao estabelecimento de um outro Tribunal Superior de Justiça, para tratar especificamente das questões relativas a aplicações das leis ordinárias.

A promessa de Ulysses foi feita ontem, no exercício da presidência da República, durante audiências com membros da diretoria nacional da OAB, a frente do presidente da entidade, Márcio Thomas Bastos. A criação do Tribunal Superior Constitucional, para aplicação exclusiva dos preceitos da nova Constituição, foi proposta pelo relator da Subcomissão do Poder Judiciário, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), mas acabou caindo nos relatórios das fases seguintes da Constituinte, principalmente ante a reação do STF.

Depois da audiência com Ulysses, Márcio Thomas Bastos anunciou que a OAB divulgará hoje um documento de análise dos trabalhos até agora efetuados na Constituinte, tornando públicas várias propostas da entidade, que espera influir decisivamente na elaboração do capítulo relativo ao Judiciário.

Uma das propostas da OAB é a de acabar a vitaliciedade do cargo de juiz. Os juizes dos tribunais superiores seriam eleitos pelo Congresso Nacional para mandatos de dez anos.

Comissão cria um orçamento para o social

A criação de um orçamento social da União, cujas prioridades serão definidas anualmente através de uma lei de diretrizes votadas pelo Congresso Nacional, foi a grande novidade surgida ontem no encontro que reuniu, no Banco do Brasil, o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, e o deputado Bernardo Cabral, o ministro da Saúde, Roberto Santos, assessores do ministro da Previdência Social e o grupo de relatores-auxiliares, em busca de uma posição de consenso sobre o capítulo da Seguridade Social.

Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso líder do PMDB e relator-ajudante de Cabral, o Orçamento Social atingirá as áreas de saúde, educação, previdência e até reforma agrária, que hoje já utiliza 50% das verbas do Fin-social.

Líderes vão tentar deter substitutivo

Na reunião que terão amanhã com o relator da Comissão de Sistematização, quase todos os líderes partidários protestaram contra o substitutivo apresentado por Bernardo Cabral. Enquanto José Lourenço, líder do PFL, ressaltava discordar somente do sistema de Governo proposto no documento, os demais prometem utilizar todo o instrumental permitido pelo regimento interno para descartar qualquer possibilidade de acordo sobre os pontos mais polêmicos, "nem que a votação demore alguns dias", afirmou Brandão Monteiro do PDT fluminense.

Os líderes partidários não escondem seu desgosto com o substitutivo e pretendem apresentar em plenário quantas emendas forem necessárias para modificar o texto de Cabral.



Caiado (segundo à esquerda) ficou exaltado ao discutir a imissão de posse com Miguel Reale Jr.

PFL define forma de combater adoção do parlamentarismo

A estratégia política do PFL, para tentar rejeitar o parlamentarismo na Constituinte, defendido majoritariamente no PMDB, ficou clara, ontem, durante a reunião dos líderes pefelistas no Senado e na Câmara, Carlos Chiarelli e José Lourenço, com o presidente nacional do partido, senador Marco Maciel. O PFL vai defender a adoção do parlamentarismo clássico, sob o argumento de que nenhum sistema híbrido de governo funciona satisfatoriamente.

Desse modo, o Presidente que for eleito sob o parlamentarismo clássico não será pelo voto direto. Além disso, conforme explicaram Chiarelli e Lourenço, será indispensável a instituição do voto distrital puro nas eleições ao Congresso. Em ambos os casos, portanto, o PMDB fica em posição difícil, pois a opinião pública é favorável à eleição presidencial direta e a maioria dos peemedebistas defende o voto proporcional.

Assinalou ainda o líder que o PMDB quer eleições presidenciais diretas, mas, nesse caso, vingando o parlamentarismo, quem for eleito Presidente vai trabalhar em favor do restabelecimento do presidencialismo.

Já o senador Chiarelli observou que o PFL pensa em instaurar «um sistema capaz de durar, e não uma forma híbrida que gere problemas».

Comissão

Durante a reunião, da qual participaram alguns vice-líderes, Mar-

Arinos quer novo sistema já

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) defendeu ontem a adoção urgente do sistema parlamentarista no Brasil, mesmo que o mandato do presidente Sarney seja fixado em cinco ou seis anos. Segundo ele, as recentes declarações de Sarney favoráveis ao presidencialismo não podem ser consideradas politicamente: "Pelo que eu li nos jornais, o Presidente falou de sua preferência a parentes e a amigos íntimos e isso não pode ser encarado como manifestação política à Nação".

O senador não escondeu es-

Esperança nos governadores

O Presidente da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães, espera que a ação dos governadores junto às bancadas federais reverta a tendência parlamentarista da Constituinte, para que seja mantido sistema presidencialista de governo. A expectativa foi transmitida ontem ao prefeito de Rio Claro (SP) — sua

co Maciel nomeou uma comissão para examinar em profundidade o substitutivo do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral. No domingo, de posse do substitutivo, a comissão examinará, «do ângulo de visão do programa partidário», ao que disse Lourenço.

O PFL concordou em um ponto: se for aprovado o parlamentarismo, o partido sustentará que tal sistema não pode vigorar no governo do presidente José Sarney.

O líder pefelista declarou não ter visto até o momento o substitutivo de Bernardo Cabral, mas, ainda assim, acentuou que esse trabalho, que conclui pela adoção do parlamentarismo, «prevê quatro fontes de poder no Brasil: o Presidente da República, o primeiro-ministro, o Conselho de Estado e o Parlamento. Trata-se, pois, de um casuísmo e que pode servir aos interesses de um partido, mas desmerece ao País».

Além da questão do sistema de poder, os pefelistas debateram ainda outros temas, como o da anistia, havendo concordância quanto à perspectiva de não se incluir esse assunto no projeto de Constituição.

O deputado Valdeck Ornelas, da Bahia, acha que a maioria da Constituinte é presidencialista. O deputado Aloisio Chaves, do Pará, prevê uma inclinação pró-parlamentarismo.

trilhar a preferência de Sarney pelo sistema presidencialista: "Eu sempre o conheci como parlamentarista".

Em sua opinião, se adotado o parlamentarismo, a polêmica sobre o mandato do presidente Sarney perde muito de sua importância, pois trata-se de um sistema compatível com mandatos presidenciais mais longos.

Para Arinos, a campanha dos governadores contra o sistema parlamentarista resume-se à falta de informação e ao medo da perda de poder.

cidade natal —, Kal Machado, e a integrantes da Executiva do PMDB do município.

Ao deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Ulysses afirmou que, pelas avaliações feitas entre os constituintes, a adoção do sistema parlamentarista tem recebido muito apoio e que a tendência está crescendo no meio parlamentar.

Caiado vai ao Planalto e faz ameaças

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, acompanhado de 19 dirigentes regionais da entidade, ameaçou ontem organizar uma reação nacional dos produtores rurais, caso a Assembléia Nacional Constituinte aprove a imissão imediata de posse, no capítulo da Reforma Agrária, tese defendida pelos grupos progressistas. «Se isso for aprovado, será mais uma lei a ser desrespeitada neste País», disse o presidente da regional da UDR do Sudoeste do Paraná, Kit Abdala.

Após audiência de mais de uma hora, com o chefe do Gabinete Civil da presidência, ministro Ronaldo Costa Couto, o presidente da UDR disse que os constituintes estão com uma «visão caolha» da realidade. «Eles estão brincando com um tema extremamente grave e não sabem onde estão pisando», Ronaldo Caiado lembrou que a UDR tem 152 regionais em todo o país «é o maior poder de argumentação do Brasil».

Trajado em terno de linho impecável, Ronaldo Caiado manteve uma longa discussão, à porta do Palácio do Planalto, com o jurista Miguel Reale Júnior, assessor do Presidente da República interino, deputado Ulysses Guimarães. «Depois da imissão de posse, o proprietário pode recorrer à justiça e recuperar sua propriedade; se perder, será indenizado em dinheiro», explicou Miguel Reale.

Nós não queremos vender nossas fazendas. Nós não vamos aceitar isso e os políticos devem entender que estão gerando uma inquietação muito grande. Eles estão destruindo o setor produtivo. Nós não somos mercenários», retrucou Ronaldo Caiado já exaltado e em alto tom de voz.

Cercado pelos dirigentes ruralistas, Miguel Reale tentava argumentar, afirmando que a proposta não atingiria as áreas médias e pequenas. Ronaldo Caiado o interrompeu, afirmando que haverá uma «convulsão» no país. «Isto é um ato de arbitrariedade da Constituinte. É uma aberração. Estão tentando transferir para os técnicos do Incra, que não distinguem um pé de arroz de um pé de trigo, o direito de desapropriar, confiscar e destruir aquilo que é fruto de anos e anos de trabalho de pessoas que abriram fronteira e construíram este país», disse o presidente da UDR.

Depois da visita ao Palácio do Planalto, Ronaldo Caiado e os 19 dirigentes da UDR dirigiram-se para o Congresso Nacional, onde mantiveram contato com os senadores Mário Covas (PMDB-SP) e José Richa (PMDB-PR) e os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Delfim Netto (PDS-SP).

O "bloco cowboy", como queria o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), ou "grupo anti-esquerda", como sonhava o líder do PDS,



deputado Amaral Netto, entrou em hibernação definitiva e não será mais constituído. Em compensação, a esquerda na Constituinte já começou a esperar e a ameaçar ir para o plenário da Comissão de Sistematização e da Constituinte lutar pelas suas propostas, como as da estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas semanais e a reforma agrária.

Tudo isso é consequência da consolidação do que está sendo chamado de "centro-direita civilizada" que, num acordo com o centro da Constituinte, está chegando a um consenso em torno dos pontos mais polêmicos da futura Constituição.

A prova do isolamento da direita e da esquerda dentro da Constituinte foi dada ontem pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, e o vice-líder do PT, deputado José Genóino. "As coisas estão correndo bem na procura do consenso — disse Lourenço — e não há mais necessidade do nosso grupo. Se houver, já sabemos quem somos e quantos somos". "O centro fez um acordo com a direita — queixou-se Genóino — e agora só nos resta lutar em plenário pelas nossas emendas".

Entendimentos

O consenso entre centro e centro-direita ficava ontem claro pela marcha dos entendimentos, segundo lideranças do PMDB. A estabilidade aos noventa dias de trabalho deve cair, sendo substituída pelo direito genérico à estabilidade, ficando para uma Lei complementar o caso das demissões imotivadas, sem justa causa ou arbitrárias. Essas lideranças peemedebistas também admitiam aumentar as multas que as empresas pagam hoje, 10% sobre o total do FGTS do demitido proporcionalmente ao tempo de serviço por demissão sem justa causa. Pelo centro-direita, o deputado Afif Domingos (PL-SP) admitia que as demissões imotivadas poderiam ser proibidas nos contratos coletivos de trabalho. E, junto com o deputado Delfim Netto (PDS-SP), reclamava a criação de um fundo de desemprego real.

Só 40 "centristas" dão apoio

A solenidade de formalização do Movimento Centro-Democrático, realizado ontem à tarde no auditório do Anexo IV, não surtiu o impacto desejado pelos articuladores do bloco, pois apenas 40 parlamentares do PMDB prestigiaram a reunião, número muito aquém dos 120 constituintes que os líderes, repetidamente, anunciavam integrar o grupo. A presença do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, foi o fator determinante para que o bloco optasse por um apoio informal ao Governo Sarney e desencadeasse uma guerra contra as influências radicais dentro da nova Constituição.

O Centro Democrático não assinou nenhum compromisso ou documento, mas divulgou uma lista de 10 itens contendo justificativas sobre a institucionalização do grupo, entre elas, a de afirmar a vontade democrática de centro, da ampla maioria do País e de dar à Nação uma carta constitucional que reflita os princípios e valores desta maioria. O Movimento pretende, segundo o documento, adotar o diálogo como princípio de ação, a negociação como meio e o consenso como meta, que contribuirá para o apoio parlamentar do bloco ao executivo, mas não de forma absoluta e incondicional.

União

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, fez questão de frisar que o PMDB não será dividido, afirmando que "estamos no PMDB e dele não queremos jamais nos apartar". Emocionado, Sant'

Depois de defender, na Comissão da Ordem Econômica, um projeto que inviabilizava a reforma agrária (as desapropriações seriam pagas em dinheiro), Afif dizia ontem que as negociações em torno do assunto caminhavam bem. Também junto com Delfim, reconhecia que há apenas um problema ainda não resolvido: a questão da posse imediata da terra desapropriada. Delfim e Afif querem que a imissão da posse seja definida pela Justiça em rito sumário. O centro do PMDB, representado pelo senador José Richa (PR) propôs a imissão imediata depois da desapropriação. Se o proprietário desapropriado recorrer e ganhar na Justiça, seria indenizado em dinheiro. Delfim e Afif não concordam com a proposta.

Isolamento

Se divergiam nisso, os dois se aproximavam ontem também até do centro-esquerda do PMDB. Dois líderes dessa corrente peemedebista reconheceram que será muito difícil manter a estabilidade e a jornada de 40 horas. Esta poderá ficar para ser definida nas negociações entre patrões e empregados.

Afif, para negociar com o centro, não hesitou em esvaziar uma reunião dos cowboys, marcada para quinta-feira da semana passada no Hotel Carlton. Segundo ele, o grupo representava os radicais de direita. Sintomaticamente, naquele mesmo dia, Cardoso Alves já não exibia o mesmo triunfalismo de antes, quando garantia que os cowboys chegariam a quase trezentos constituintes, e mal mostrou as listas. No entanto, numa das listas que mostrou e que correu na bancada do PTB, havia apenas duas assinaturas: as dos deputados Gastone Righi e Tutu Quadros.

Sentindo também o drama do isolamento da esquerda, diante do acordo do centro com o centro-direita, o deputado José Genóino anunciou ontem que a esquerda irá à luta em plenário com vinte emendas próprias, entre elas, a da estabilidade, da jornada de 40 horas, da anistia aos militares e da reforma agrária com imissão imediata na posse das terras desapropriadas.

O deputado disse que tinham sido muito grandes as pressões do centro do PMDB para que a esquerda aceitasse o "acordo". "Vamos lutar pelas nossas emendas — insistiu Genóino. O problema é que o centro não apresentou nenhuma proposta sua, aceitando apenas as da direita".



Machado integra comissão

Anna apelou para que os centristas não se dispersem, "pois agora é o momento de saber se vamos ganhar ou perder na nova Constituição".

Mas no início da reunião, sem a presença do líder do Governo, o ambiente era de expectativa, chegando ao ponto do deputado Sérgio Werneck (MG) comentar, "tem mais jornalistas do que constituinte". E o deputado Basílio Villani (PR), procurava justificar a ausência de parlamentares imputando compromissos inadiáveis com ministros e autoridades municipais.

Acatando questão de ordem levantada pelo deputado José Dutra (AM), uma comissão provisória integrada pelos deputados Expedito Machado (CE), Marcos Lima (MG) e Borges da Silveira (PR) foi formada para gerenciar e organizar as próximas reuniões do Centro. Hoje, às 11h30, no plenarinho, os coordenadores de bancada, membros do Conselho Consultivo, elegerão o presidente, vice e coordenador geral do Centro Democrático.